



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A REINVENÇÃO DAS MINAS PELAS GERAIS: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E
DEMOGRÁFICAS NAS REGIÕES DAS MINAS GERAIS OITOCENTISTAS

Mario Marcos Sampaio Rodarte (Cedeplar/UFMG) - mrodarte@cedeplar.ufmg.br
Economista e Demógrafo, professor do Departamento de Economia da UFMG

Clotilde Andrade Paiva (Cedeplar/UFMG) - clotilde@cedeplar.ufmg.br
Historiadora, pesquisadora do Departamento de Demografia da UFMG

Marcelo Magalhães Godoy (Cedeplar/UFMG) - mmrodartecedeplar.ufmg.br
Historiador, professor do Departamento de Economia da UFMG

A Reinvenção das Minas pelas Gerais: Transformações Econômicas e Demográficas nas Regiões das Minas Gerais Oitocentistas

Resumo

O presente trabalho objetiva compreender as mudanças econômicas e demográficas em Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. Como se processou o acelerado crescimento demográfico dentro do seu território? Quais seriam, de fato, as regiões e atividades responsáveis por essa atração populacional? Se é certo que esse crescimento implicou, também, na manutenção do maior plantel de escravos às vésperas da abolição, quais regiões se mostraram mais apegadas à instituição do trabalho cativo? Haveria regiões tipicamente camponesas? Destacam-se como as principais fontes compulsadas as listas nominativas de 1831/32 e 1838/40 (disponíveis para consulta no site do Cedeplar) e o Recenseamento do Império de 1872 (a ser disponibilizado em 2011). Como resultado, observou-se um duplo movimento demográfico e econômico em Minas Gerais, que eram divergentes e, ao mesmo tempo, complementares que seriam: 1) a acelerada expansão e ocupação da fronteira agrícola, resultado explicado pelo deslocamento do centro dinâmico da economia provincial em direção à cafeicultura e à agropecuária; e 2) a relativa manutenção do desenvolvimento econômico das áreas centrais de Minas Gerais, para onde afluía a renda gerada nas novas atividades da economia da província.

Introdução

O objetivo desse trabalho é apresentar, em linhas gerais, as grandes e indissociáveis transformações econômicas e demográficas de Minas Gerais, entre a primeira e segunda metade do século XIX. Além das dinâmicas diferenciadas de crescimento demográfico, em cada região, buscou-se retratar as particularidades espaciais no processo de transição do trabalho escravo para o livre.

Em determinadas regiões, identificou-se um dinamismo econômico fortemente caracterizado pelo trabalho do cativo, ao passo que, em outras, aponto-se virtuosismo da economia baseado no trabalho camponês. Além desses dois casos, também se levantou áreas da província que, apesar populosas e mais desenvolvidas economicamente, atravessaram o século XIX com menor crescimento demográfico. Em situação intermediária a estes três casos mais emblemáticos, outras tantas regiões foram mapeadas no presente estudo.

Para que se lograsse fazer, com ineditismo, uma hierarquização das regiões conforme as suas respectivas dinâmicas demográficas e econômicas nos Oitocentos, contou-se com três conjuntos importantes bases de dados, a saber: 1) os arrolamentos censitários da década de 1830, conhecidos como listas nominativas; 2) o Recenseamento do Império de 1872; e 3) os relatos de viajantes estrangeiros.

Na primeira seção do estudo, descreveu-se as fontes de dados e o estado-da-arte em relação à questão regional do crescimento econômico e demográfico de Minas Gerais no século XIX. Na seqüência, a segunda e a terceira seções abordam a caracterização demoeconômica das décadas de 1830 e 1870, respectivamente. Além disso, essas duas seções também se ocupam em mostrar o necessário tratamento das informações primárias pesquisadas. Por fim, a quinta seção procura descrever as transformações na paisagem econômica e populacional, mapeando as particularidades regionais encontradas.

1. As fontes primárias

Convindo muito ao Serviço Nacional e ao bem dos povos, o exacto e detalhado conhecimento do estado da população e da Industria de cada um dos districtos da Província, o Presidente da mesma ordena ao Sr. Juiz de Paz (...) que com a maior brevidade envie uma relação conforme o exemplo seguinte dos habitantes do mencionado Districto, pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias, com os nomes de cada um dos indivíduos deles, e declarações marginaes de idades, condições, estados e occupações em que se empregam, e dos que são libertos ou cativos.

I. C. do Ouro Preto em 25 de agosto de 1831.

Manoel Ignácio de Mello e Souza.

(Arquivo Público Mineiro, Sessão Provincial, Presidência da Província, códice 81, p. 146)

Quando nos idos da década de 1830, atendendo a demanda provincial, os juizes de paz elaboraram as **listas nominativas** dos habitantes do distrito sob sua jurisdição não suspeitavam a importância do testemunho que deixariam para as gerações vindouras. Nome, idade, estado conjugal, condição social, ocupação, cor/origem e nacionalidade de cerca de 400.000 indivíduos que viveram na província ficaram registrados. Trata-se de acervo documental de riqueza inesgotávelⁱ.

Várias são as explicações possíveis para a iniciativa do governo provincial neste momento. O Estado imperial estava em fase de organização, em todos os níveis, o que nos leva a crer que as listas objetivavam mapear a realidade nacional de forma a subsidiar as novas diretrizes para a ex-colônia.ⁱⁱ Em todo o caso o caráter oficial das listas nominativas é determinante fundamental à imprescindível crítica dos documentos.

A coleta das informações parece ter envolvido o juiz de paz, o inspetor de quartirão, o escrivão e, eventualmente, a população. Tudo indica que os inspetores respondiam pela confecção de listas parciais, que somadas se tornariam as listas nominativas. Eles as enviavam ao juiz de paz, que as conferia, aceitando-as ou modificando-as. Uma vez aprovadas, eram entregues ao escrivão que as copiava na forma final, para serem remetidas ao governo provincial, que consolidava os resultados.

Na segunda metade do século, o **Recenseamento Geral do Império de 1872** foi a única experiência que logrou sucesso em contemplar quase toda a população do Brasil, no seu período imperial e escravistaⁱⁱⁱ. Antes deste censo, as inúmeras tentativas de contagem da população nacional se resumiram a uma longa história de insucessos^{iv}. Têm-se apenas alguns remanescentes de censos regionais, em datas diversas, mas poucos com abrangência provincial, como é o caso das listas nominativas da década de 1830 para Minas Gerais.

O Censo de 1872 representou o início da atividade censitária no país e foi o segundo momento com informações demográficas para toda a província de Minas. Diferentemente do que ocorreu com a documentação da década de 1830, não foi possível resgatar informações individuais, uma vez que os formulários do Censo de 1872, denominados “listas de família”, não foram preservados. Assim, os dados mais desagregados foram disponibilizados em tabelas por paróquias.

O interesse do governo imperial em realizar, neste momento, um censo geral da população estava em sintonia com o processo de modernização em curso no mundo ocidental, particularmente em sua face periférica (CARDOSO e BRIGNOLI, 1984.) A promulgação da lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870, que criou tanto os censos decenais quanto a Diretoria Geral de Estatística (DGE), órgão encarregado da execução desde o planejamento até a publicação, e o decreto nº 4856, de 30 de dezembro de 1871, que fixava

normas para a implementação, foram os primeiros passos para a efetiva realização de recenseamento nacional. (PAIVA, MARTINS, 1983: 4).

Por esse decreto ficou determinado que, em cada paróquia do Império, haveria uma comissão censitária composta de cinco membros e um corpo de agentes recenseadores, a ela subordinado, cujo número seria fixado pelos presidentes de província, tendo em vista a população de cada paróquia e sua localização. As comissões censitárias receberam da DGE os lotes com os formulários das “listas de família”, e os redistribuíram para os agentes recenseadores que procederam à coleta dos dados^v.

As grandes distâncias e a precária infra-estrutura de transportes impossibilitaram a realização simultânea do censo em todo território^{vi}. O elevado número de analfabetos, a grande incidência de omissões e erros de interpretação das questões, a precariedade do trabalho de conferência e correção das fichas certamente respondem por muitas das incorreções existentes no Censo de 1872. Os resultados foram tabulados e publicados em 1876.

Estas duas fontes de dados demográficos constituem a principal base empírica para a elaboração das estimativas da população mineira em dois momentos importantes do período provincial. A riqueza destes conjuntos documentais possibilitou a desagregação espacial dos dados e o conseqüente conhecimento da distribuição interna da população, revelou peculiaridades regionais de livres e escravos, tornando-se elemento decisivo no debate relativo à dinâmica socioeconômica e demográfica de Minas Gerais.

A província passou por profundas transformações entre a segunda metade do século XVIII, quando se desestruturava a economia do ouro, e a primeira metade do século XIX, quando se configurou uma nova estrutura produtiva (ALMEIDA, 1995). Há evidências de que a experiência mineratória em Minas foi além do ouro, incluindo também os diamantes, e que a província nunca se dedicou apenas à extração mineral. O debate sobre a reorganização econômica e a redistribuição espacial da população neste período remonta a década de 1970. Embora permaneçam ainda inúmeras incertezas muito se avançou no sentido do conhecimento desta realidade.

Prevaleceu durante muitos anos a idéia de que a Colônia, enquanto parte de um sistema internacional mais amplo, seria incapaz de qualquer tipo de acumulação interna. Embora diferentes, as clássicas colocações de Simonsen (1977), Caio Prado Júnior (1987), Celso Furtado (1976) e Fernando Novais (1979) convergem na aceitação da dependência externa e a vulnerabilidade às crises internacionais, da ausência de ritmos próprios, do mercado interno ausente ou reduzidíssimo. Subjacente à esta posição estava a idéia de involução econômica e esvaziamento demográfico, enfim, de decadência tão logo declinasse a economia mineradora. Outra vertente, dentro desta discussão do sistema colonial, sem desconsiderar o peso dos fatores externos, propõe a existência de setores

internos estruturados e dinâmicos, escravistas ou não, capazes de reter na Colônia parte do excedente acumulado^{vii}.

A repercussão deste debate em Minas foi muito rica e fecunda. Novas evidências empíricas permitiram que as interpretações sobre a complexa organização social fossem retomadas e reelaboradas a partir de 1980. As proposições de que Minas teria, entre o declínio do ouro e a consolidação do café, experimentado decadência econômica e esvaziamento demográfico foram refutadas^{viii}.

As estatísticas populacionais disponíveis para o Brasil, no decorrer do século XIX, apontam para um rápido crescimento populacional, tanto nacional quanto provincial. Minas sempre foi a província mais populosa do Império, com uma das maiores taxas de crescimento e com o maior plantel escravista^{ix}.

Importante e decisivo testemunho desta dinâmica também pode ser encontrado nos relatos deixados pelos viajantes estrangeiros que percorreram grande parte da província no século XIX. Estes visitantes, em sua maioria europeia, deixaram, em seus ricos diários, descrição minuciosa das características geográficas e socioeconômicas de Minas Gerais.

Com base em número expressivo destes relatos, Godoy (1996) propôs a divisão do espaço provincial mineiro em dezoito regiões. O autor traçou os itinerários de dezesseis viagens, selecionou informações físicas, demográficas, econômicas, administrativas e históricas e organizou o espaço tendo em vista a presença de elementos semelhantes. A divisão regional proposta por Godoy é a unidade de referência para a apresentação dos dados demográficos e econômicos^x.

Na etapa de construção de estimativas populacionais, descendo ao detalhamento regional, tanto as sedes dos distritos de 1830 quanto das paróquias em 1872 foram georreferenciadas e as suas respectivas populações inseridas nas somas regionais.

Saber quantos eram e onde estavam os habitantes de Minas Gerais ao longo do século XIX tem sido um dos muitos desafios dos historiadores contemporâneos. O avanço no conhecimento de vários aspectos importantes da História de Minas depende fundamentalmente da presença desta informação, vale dizer de estatísticas demográficas confiáveis. Esta é a proposta deste capítulo. Na seqüência apresentam-se as estimativas para cada década separadamente, com destaque para as fontes e a forma de obtenção dos dados, para em seguida ressaltar aspectos das mudanças ocorridas entre as duas datas.

2. A década de 1830

A população de Minas Gerais na década de 1830 foi estimada em 848.177 habitantes, sendo 572.099 livres e 276.098 escravos. Estes valores resultam de uma longa trajetória, que teve como ponto de partida o rico e extenso conjunto de listas nominativas

para os anos de 1831/32. A abrangência e o nível de detalhes deste acervo permitem conhecer muitos aspectos da população mineira na primeira metade do século XIX^{xi}.

A primeira estimativa da população total de Minas Gerais para a década de 1830 foi realizada por Paiva (1996, p. 49-51) e, posteriormente, revista por Godoy (2004, p. 679-697). Para esse período, nenhum arrolamento populacional, de forma isolada, cobriu todo o território de Minas Gerais, e os seus cerca de 420 distritos^{xii}. Dessa forma, o trabalho de estimativa consistiu na união de informações de todos os levantamentos populacionais da década, e na avaliação criteriosa da estimativa de cada distrito pelo cotejamento das fontes. A população de 29 distritos, não contempladas nas listas nominativas e nos mapas de população (Martins, 2002), foi extraída da *Corografia Histórica de Minas Gerais*, elaborada em 1837 por Cunha Matos (1981) ou, residualmente, calculadas por forma indireta.

Tabela 1 – População e distritos da estimativa da década de 1830 segundo as fontes de dados, Minas Gerais .

Fontes	População arrolada		População estimada	
	Nº	%	Nº	%
Listas Nominativas de 1831/1832	393.388	52,0	440.980	52,0
Listas Nominativas de 1838/1841	41.709	5,5	46.755	5,5
Mapas de população de 1833/1835	276.311	36,5	309.740	36,5
Corografia Histórica de Minas Gerais (1826)	37.602	5,0	42.150	5,0
Método indireto (1)	7.647	1,0	8.572	1,0
Total	756.657	100,0	848.197	100,0

Fontes: Estimativa da população elaborada por Paiva (1996), revista por Godoy (2004) e Rodarte (2006), com base nas as Listas Nominativas de 1831/32 e de 1838/41, mapas de população de 1833/35 (Martins, 2002) e dados populacionais de 1826 (Matos, 1981);

(1) Média da população dos demais distritos do município, com a exceção da sede municipal.

Em 2008, esta estimativa mereceu nova revisão em função das evidências de subregistros levantadas por Rodarte (2008). O autor pesquisou em documentos coevos a recorrente referência a subenumeração da população. É emblemático o depoimento do major Luiz Maria da Silva Pinto, por quase quatro décadas Secretário de Governo e um dos principais organizadores das estatísticas de Minas Gerais, que ressaltava a qualidade das listas nominativas como fonte de dados demográficos. O mesmo secretário advertia que os números apurados pelas listas nominativas deveriam ser expandidos em, aproximadamente, 1/3, ou, no mínimo, 1/4, “pois é sabido, que muitos Chefes de Famílias ocultam o que podem aos Empregados nestas diligências”^{xiii}.

Diante destas e de outras evidências, Rodarte buscou forma de estimar a subenumeração da população mineira e propôs um acréscimo de 12,1% no número total de habitantes^{xiv}. Este percentual foi obtido corrigindo-se a população total do Brasil com base nas taxas de crescimento propostas por Mortara (1941a e 1941b), para o período 1840 a 1940, ajustadas, para os períodos 1832-1854 e 1854-1872, por Merrick e Graham (1981, p. 52). O valor encontrado foi distribuído pro-rata entre os livres e escravos, e dentro de cada grupo social, pelas províncias. O total estimado para Minas Gerais foi também distribuído

pro-rata por condição, e dentro de cada grupo por região^{xv}. A Tabela 2 apresenta as estimativas regionais, por ordem decrescente de tamanho da população total.

3. A década de 1870

Conforme já foi dito, o Recenseamento Geral do Império de 1872 foi a única experiência de arrolamento populacional que logrou sucesso em contemplar quase que toda a população do Brasil, no seu período imperial e escravista^{xvi}.

As tabelas do Censo têm sido largamente utilizadas ao longo de décadas. Martins (1980) foi pioneiro ao apontar erros de agregação nos totais das tabelas paroquiais do Recenseamento de 1872 para Minas Gerais, erros estes que poderiam conduzir a interpretações distorcidas. Era importante que se procedesse a uma correção destes valores e se trouxesse a público os resultados corrigidos. Inspirados no achado de Martins surgiram propostas de aperfeiçoar os procedimentos para esta avaliação e correção dos dados do Censo de 1872, incluindo as demais províncias do Império^{xvii}.

Tabela 2 – Estimativa populacional para a década de 1830, por condição, extensão territorial e densidade demográfica, segundo regiões - Minas Gerais .

Regiões	População						Proporção de escravos (Em %)	Território e população		
	Condição				Total			Extensão		Densidade (Hab./Km2)
	Livres		Escravos					Km2	%	
	N.	%	N.	%	N.	%				
Mineradora Central Oeste (MCO)	126.810	22,2	68.605	24,8	195.415	23,0	35,1	30.279	5,1	6,5
Sul Central	71.614	12,5	32.157	11,6	103.771	12,2	31,0	24.966	4,2	4,2
Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	61.721	10,8	33.114	12,0	94.835	11,2	34,9	25.046	4,3	3,8
Sudeste	47.954	8,4	33.824	12,3	81.778	9,6	41,4	17.067	2,9	4,8
Minas Novas e Sertão R. Doce (MN e SRD)	55.272	9,7	17.207	6,2	72.479	8,5	23,7	139.661	23,7	0,5
Mata	29.882	5,2	21.237	7,7	51.119	6,0	41,5	22.979	3,9	2,2
Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV)	32.982	5,8	11.118	4,0	44.100	5,2	25,2	16.837	2,9	2,6
Diamantina	23.775	4,2	15.262	5,5	39.037	4,6	39,1	14.221	2,4	2,7
Mineradora Central Leste (MCL)	25.288	4,4	11.738	4,3	37.026	4,4	31,7	25.156	4,3	1,5
Sudoeste	23.146	4,0	8.166	3,0	31.312	3,7	26,1	14.830	2,5	2,1
Araxá	18.359	3,2	6.308	2,3	24.667	2,9	25,6	34.453	5,9	0,7
Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	15.670	2,7	5.162	1,9	20.832	2,5	24,8	44.100	7,5	0,5
Sertão	11.628	2,0	2.446	0,9	14.074	1,7	17,4	28.481	4,8	0,5
Vale Alto-Médio R. S. Francisco (VAMRSF)	10.149	1,8	3.651	1,3	13.800	1,6	26,5	11.794	2,0	1,2
Paracatu e Noroeste (P e N)	10.466	1,8	1.957	0,7	12.423	1,5	15,8	88.061	15,0	0,1
Triângulo	7.383	1,3	4.146	1,5	11.529	1,4	36,0	50.452	8,6	0,2
Minas Gerais	572.099	100,0	276.098	100,0	848.197	100,0	32,6	588.384	100,0	1,4

Fontes: Estimativa da população elaborada por Paiva (1996), revista por Godoy (2004) e Rodarte (2008), com base nas listas nominativas de 1831/32 e de 1838/41, mapas de população das listas nominativas de 1833/35 (Martins, 2002) e dados populacionais de 1826 (Matos, 1981).

Fontes: Rodarte (2008) ou ver tabela 1

As sedes das paróquias de 1872 também foram georreferenciadas e as suas respectivas populações, corrigidas segundo método proposto por Rodarte (2008)^{xviii}, inseridas nas somas regionais. A Tabela 3 apresenta as estimativas regionais por ordem decrescente do tamanho da população.

4. Transformações econômicas e demográficas entre as décadas de 1830 e 1870

As estimativas apresentadas permitiram a obtenção das taxas médias de crescimento da população regional total e por condição social, cujos valores constam da Tabela 4, em ordem decrescente das taxas de crescimento da população livre.

Ao longo dos 40 anos, a população total cresceu mais intensamente na periferia da província, particularmente nas regiões do leste e oeste, provavelmente em função das condições favoráveis ao crescimento natural associado ao movimento migratório em direção a fronteira agrícola. O vultoso incremento populacional dessas áreas chegava a atingir taxa de crescimento maior que 3%, superior à média anual provincial, destacando-se a Mata, com o ritmo mais elevado (4,4% a.a.). Com efeito, as regiões da Mata, Araxá e Triângulo se notabilizavam pela evolução explosiva de seu crescimento populacional, duplicando de tamanho em intervalo de tempo não superior a duas décadas.

Tabela 3 – Estimativa populacional, por condição, extensão territorial e densidade demográfica, segundo regiões, Minas Gerais – 1872.

Regiões	População						Proporção de escravos (Em %)	Território e população		
	Condição				Total			Extensão		Densidade (Hab./Km2)
	Livres		Escravos					Km2	%	
	N.	%	N.	%	N.	%				
Mineradora Central Oeste (MCO)	307.480	18,0	65.448	17,3	372.928	17,9	17,5	30.279	5,1	12,3
Mata	201.145	11,8	81.307	21,5	282.452	13,6	28,8	22.979	3,9	12,3
Sul Central	188.741	11,1	47.573	12,6	236.314	11,3	20,1	24.966	4,2	9,5
Minas Novas e Sertão R. Doce (MN e SRD)	191.068	11,2	21.079	5,6	212.147	10,2	9,9	139.661	23,7	1,5
Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	130.628	7,7	30.052	7,9	160.680	7,7	18,7	25.046	4,3	6,4
Mineradora Central Leste (MCL)	127.927	7,5	21.231	5,6	149.158	7,2	14,2	25.156	4,3	5,9
Sudeste	109.587	6,4	35.273	9,3	144.860	7,0	24,3	17.067	2,9	8,5
Araxá	92.206	5,4	17.689	4,7	109.895	5,3	16,1	34.453	5,9	3,2
Sudoeste	67.334	3,9	13.524	3,6	80.858	3,9	16,7	14.830	2,5	5,5
Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	64.874	3,8	9.629	2,5	74.503	3,6	12,9	44.100	7,5	1,7
Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV)	57.037	3,3	11.913	3,2	68.950	3,3	17,3	16.837	2,9	4,1
Diamantina	39.420	2,3	7.184	1,9	46.604	2,2	15,4	14.221	2,4	3,3
Triângulo	34.103	2,0	7.966	2,1	42.069	2,0	18,9	50.452	8,6	0,8
Sertão	33.298	2,0	3.588	0,9	36.886	1,8	9,7	28.481	4,8	1,3
Paracatu e Noroeste (P e N)	31.760	1,9	2.638	0,7	34.398	1,7	7,7	88.061	15,0	0,4
Vale Alto-Médio R. S. Francisco (VAMRSF)	28.811	1,7	2.032	0,5	30.843	1,5	6,6	11.794	2,0	2,6
Minas Gerais	1.705.419	100,0	378.126	100,0	2.083.545	100,0	18,1	588.384	100,0	3,5

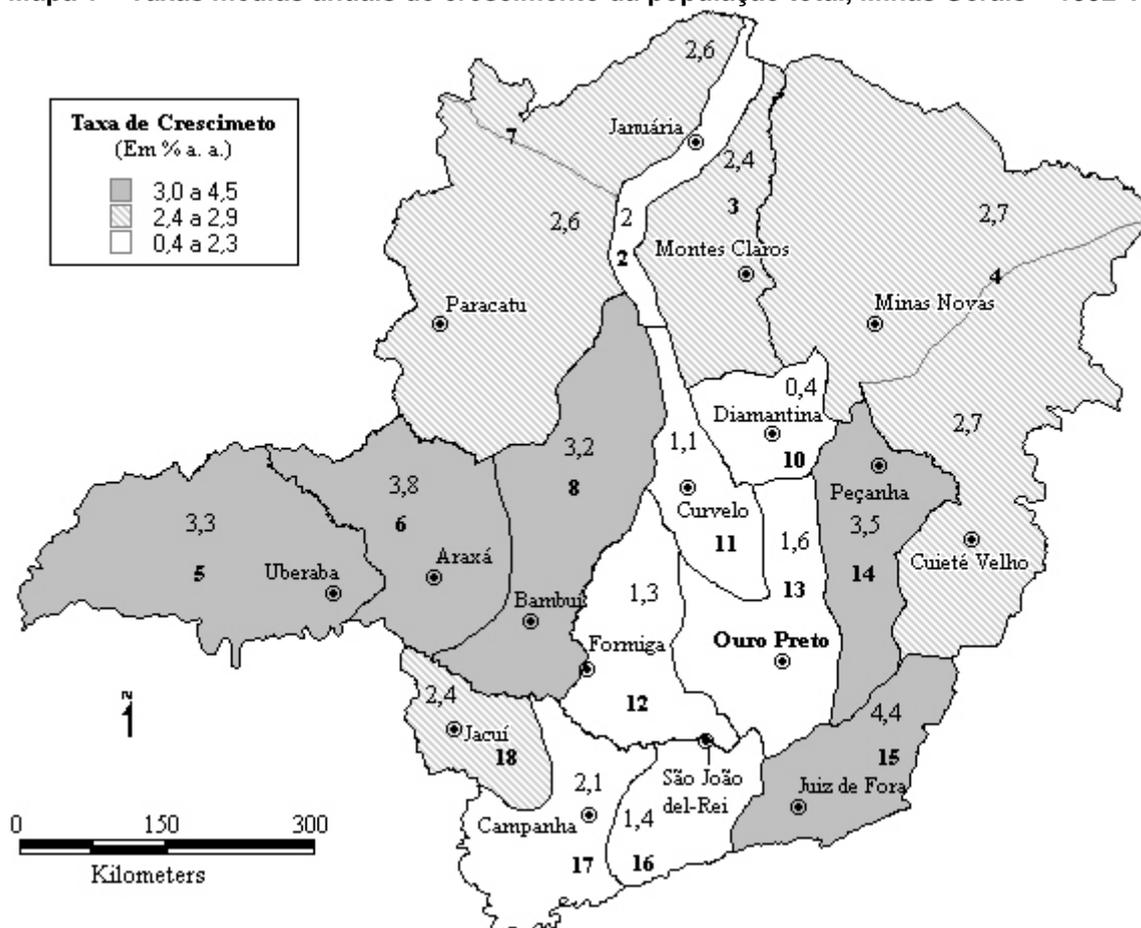
Fontes: DGE – Censos demográficos de 1872 e 1890. Obs.: Dados do censo de 1872 corrigidos pelo método do resultado predominante (Rodarte, 2008). A população omitida de 14 paróquias foi estimada por meio de interpolação com os dados do Censo de 1890, com taxas geométricas de crescimento obtidas pelo acompanhamento da evolução das paróquias do mesmo município contempladas em ambos os censos.

Tabela 4 – Taxas médias anuais de crescimento e tempo de duplicação, por condição, segundo regiões, Minas Gerais – 1832-1872.

Regiões/ tipos regionais	Taxa de crescimento (Em % a.a.)			Tempo de duplicação (em anos)
	Condição		Total	
	Livres	Escravos		
Mata	4.9	3.4	4.4	16
Araxá	4.1	2.6	3.8	18
Mineradora Central Leste (MCL)	4.1	1.5	3.5	20
Triângulo	3.9	1.6	3.3	21
Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	3.6	1.6	3.2	21
Minas Novas e Sertão R. Doce (MN e SRD)	3.1	0.5	2.7	26
Paracatu e Noroeste (P e N)	2.8	0.7	2.6	27
Sudoeste	2.7	1.3	2.4	29
Sertão	2.7	1.0	2.4	28
Sul Central	2.5	1.0	2.1	33
Vale Alto-Médio R. S. Francisco (VAMRSF)	2.6	-1.5	2.0	34
Mineradora Central Oeste (MCO)	2.2	-0.1	1.6	43
Sudeste	2.1	0.1	1.4	48
Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	1.9	-0.2	1.3	52
Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV)	1.4	0.2	1.1	62
Diamantina	1.3	-1.9	0.4	156
Minas Gerais	2.8	0.8	2.3	31

Fontes: ver tabelas 2 e 3.

Mapa 1 – Taxas médias anuais de crescimento da população total, Minas Gerais – 1832-1872.



Fontes: ver Tabela 4. Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Regiões pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Os movimentos populacionais não passaram despercebidos aos viajantes estrangeiros. Conquanto para período anterior a década de 1830, Saint-Hilaire registrou a presença de imigrantes, na fronteira agrícola da região Mineradora Central Leste:

“Uma coisa bastante curiosa é que, guardada as proporções, encontrei entre Vila do Príncipe [atual Serro] e Passanha [Peçanha] muito maior quantidade de europeus do que até então vira. Chega um momento em que aquele que errou pelo mundo, como contínuo joguete de suas esperanças, acaba por sentir necessidade do repouso e da solidão; falam-lhe dessas florestas, em que poderá possuir vastas terras, e viverá tranqüilo ao abrigo da miséria; renuncia a seus ambiciosos projetos, e o perigoso aventureiro, fixando-se ao solo torna-se um cidadão útil” (Saint-Hilaire, 1975b: 173).

Na região do Triângulo, particularmente em Uberaba, a rápida ocupação processava-se também por levadas de população provenientes do centro da província:

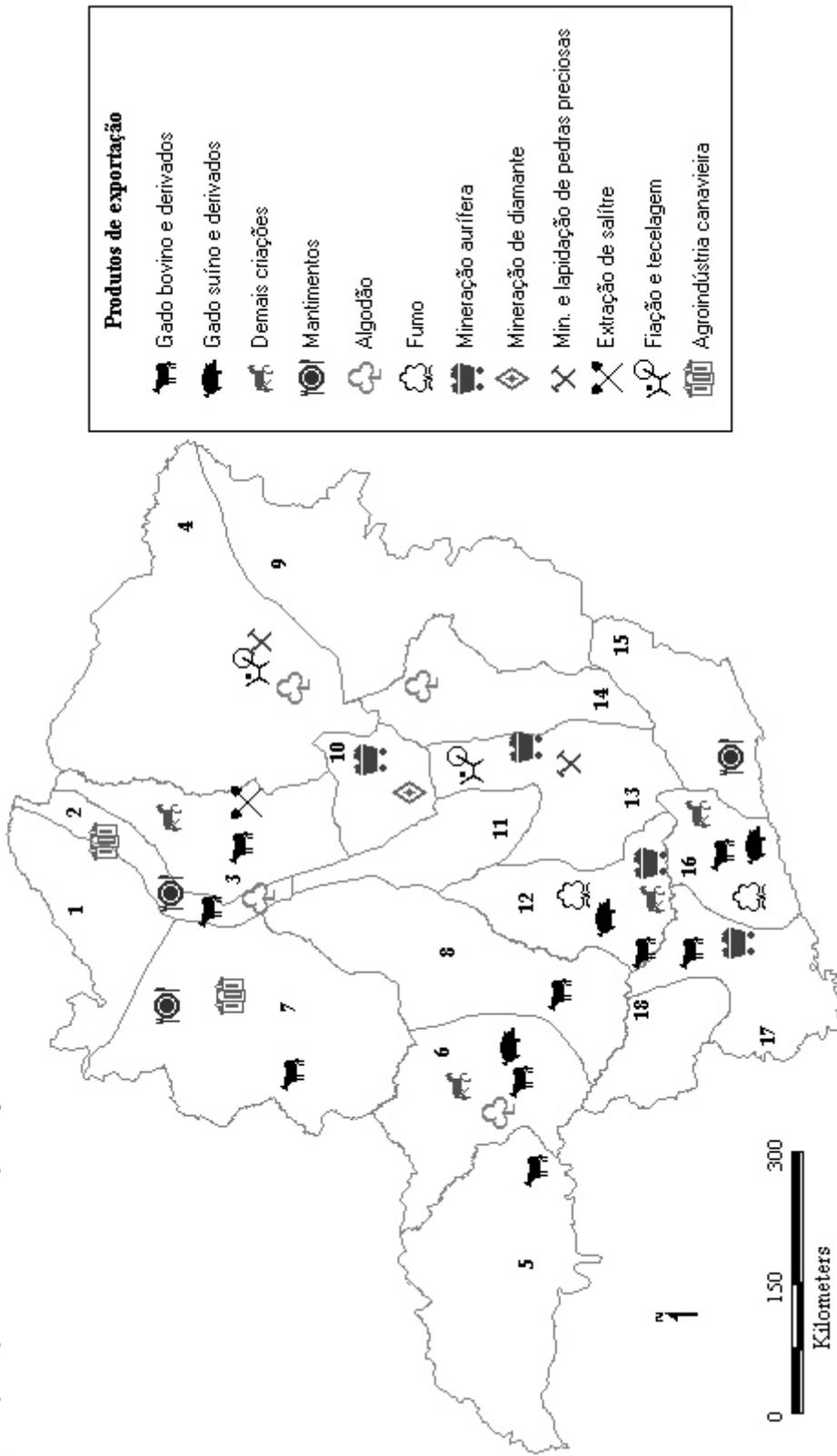
“Farinha Podre [atual Uberaba] foi fundado pelos mineiros por volta de 1812. Caminhando sempre em direção do oeste, alguns caçadores de Minas Gerais chegaram a essa região, onde encontraram pastagens excelentes, fontes de águas minerais que poderiam dispensar os criadores de dar sal para os animais e finalmente extensos e numerosos capões que indicavam terras muito férteis. A fama do lugar em breve espalhou-se pelas comarcas de S. João del Rei e Vila Rica, e homens que já não dispunham de terra suficiente em sua região ou cujas terras achavam esgotadas pelo errôneo sistema de agricultura geralmente adotado, trataram de obter sesmarias no novo lugar” (Saint-Hilaire, 1975a: 151-1).

Na Mata, a região de maior crescimento populacional, Saint-Hilaire estabelece, de forma ainda mais clara, as justificativas econômicas e comerciais desse processo de ocupação:

“Antigamente [próximo à localidade de Simão Pereira] apenas compreendia o pequeno número de casas situadas à margem do caminho; mas desde a chegada do Rei D. João VI ao Rio de Janeiro, recebeu um considerável acréscimo de população. Mais de quatrocentos homens livres com outros tantos escravos aí vieram estabelecer-se de diferentes partes da Província de Minas, atraídos pela fertilidade das terras, pelas vantagens que oferece a vizinhança da capital, e a de não pagar nenhuma taxa, morando além do registro de Matias Barbosa” (Saint-Hilaire, 1974b: 50).

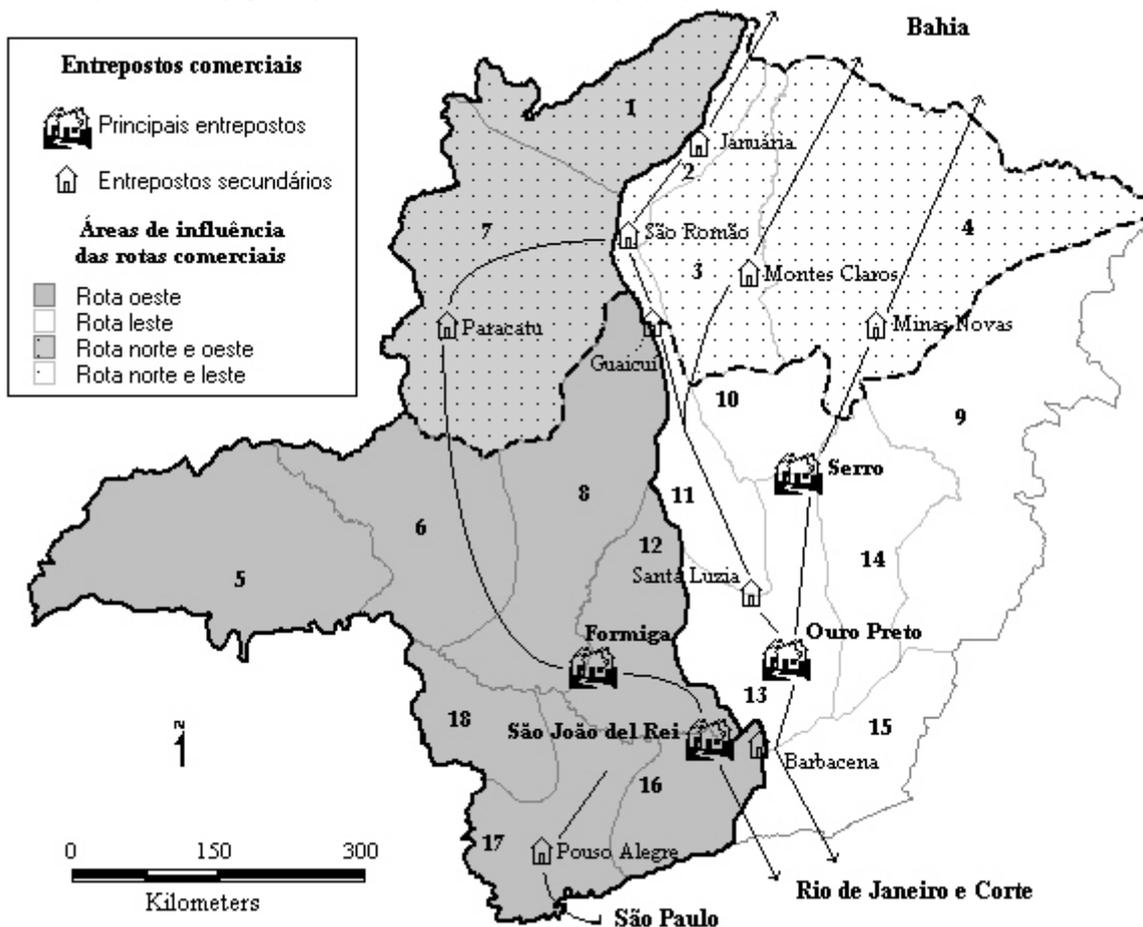
Os movimentos migratórios eram conseqüência, e também causa, da virtuosidade econômica dessas regiões que, já a partir de meados do século XVIII, passaram a desenvolver atividades econômicas com excedentes comercializáveis (CARRARA, 2007). Os viajantes estrangeiros registraram em seus diários de viagem comentários que corroboram muitas das interpretações sugeridas. Com base no testemunho destes ilustres observadores foi possível conhecer os principais produtos de exportação de cada região na primeira metade do século XIX (Mapa 2), assim como traçar as principais rotas comerciais interprovinciais e localizar povoados e vilas que atuavam como entrepostos comerciais (Mapa 3)^{xix}.

Mapa 2 – Principais produtos de exportação, Minas Gerais – Primeira metade do século XIX.



Fontes: Viajantes (PAIVA, 1996); malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamandua; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Mapa 3 – Principais rotas comerciais interprovinciais e áreas de influência – Minas Gerais – Primeira metade do século XIX.



Fontes: Viajantes (PAIVA, 1996); malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.; Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Cabe aqui destacar o desempenho da região da Mata, que se singularizava por apresentar as taxas mais elevadas de crescimento da população livre e cativa na província. Provavelmente, tal crescimento demográfico foi reflexo tanto do *boom* cafeeiro, a partir da segunda metade do século XIX^{xx} – que não foi observado pelos viajantes referidos, que visitaram a região em momento anterior –, quanto decorrente dos efeitos de fluxo comercial intenso entre Minas Gerais e a Corte, que passava pelo seu território e já era evidente na primeira metade do Oitocentos (Lenharo, 1979). A Mata se converteu na segunda maior população (13,6%) ao final do período, não só por ter apresentado as maiores taxas de crescimento, mas também por contar com população relativamente grande já na década de 1830.

As regiões de ocupação mais antiga, que se constituíram no núcleo da economia mineira do século XVIII, bem como as regiões imediatamente periféricas e associadas à dinâmica da economia do ouro, eram mais populosas e desenvolvidas, mas apresentaram as menores taxas de crescimento da província. A região de Diamantina cresceu muito

lentamente (0,4% a.a.) e é um típico caso de quase estagnação demográfica. Mesmo regiões como o Sul Central, onde as taxas médias anuais foram mais elevadas, atingindo até 2,1% a.a., ficaram abaixo do valor provincial entre as décadas de 1830 e 1870. Essa porção do território, que compreendia sete regiões, mais larga na sua porção central e meridional, subia até o extremo norte pelos vales dos rios das Velhas e São Francisco, dividindo em três o território provincial (Mapa 1).

Na perspectiva dos viajantes da primeira metade do século XIX, o antigo fausto proporcionado pela economia do ouro ainda atraía imigrantes para núcleos dessas regiões onde se havia iniciado o processo de ocupação por populações não-indígenas. Mas quando se constatava a diminuição das oportunidades econômicas, se dirigiam a outras partes da província, sobretudo para as regiões de fronteira agrícola, conforme mostra o depoimento de Luccock relativo a Ouro Preto:

“Quando a vila se torna tão repleta de vício e miséria que chega a inspirar cuidados, faz-se circular o rumor da descoberta de que, em local distante, e nas florestas, se encontra ouro em abundância. Os inquietos e aventureiros ficam ansiosos por ir empós de tal lugar; juntam-se em turbas e, (...) abalam à procura dessas minas novas e sem igual. Alguns, cansados pelo que lhes parece jornada inútil, estacam pelo caminho e estabelecem-se em locais diversos. Outros há, no entanto, que prosseguem até a meta, ou bem o que tal lhes parece, verificam ter havido enorme exagero, mas à pesar disso ali permanecem e, dentro em pouco, consideram a região como deles. E assim Vila Rica se alivia e novas colônias se fundam” (Luccock, 1975: 337).

Contudo, deve-se sublinhar que isso não configura um quadro de completa alteração da importância econômica regional, uma vez que, ao longo de todo o século XIX, as regiões de ocupação mais antiga retiveram posição hegemônica, por conterem a parte mais expressiva da rede urbana provincial. Além disso, tais regiões carrearam parte significativa dos ganhos da produção para exportação das regiões periféricas, uma vez que sediavam os principais entrepostos comerciais de Minas Gerais (ver Mapa 3).

Mais de meio século após a *débâcle* da economia aurífera observou-se, na década de 1830, que mais da metade da população estimada (65,9%) ainda estava concentrada em apenas cerca de 21,8% do território da província, constituído pelas regiões de povoamento mais antigo e consolidado. Dentre essas regiões, a Mineradora Central Oeste se destacava por ser a mais populosa (23,0%) e pela maior concentração demográfica (6,5 hab./Km²).

Mesmo mantendo as menores taxas de crescimento da província, a inércia demográfica possibilitou que, após quatro décadas, metade da população mineira ainda se concentrasse nas regiões de ocupação mais antiga^{xxi}. A Mineradora Central Oeste, emblemática desse movimento, manteve-se como a região mais populosa (17,9%), em 1872, apesar da perda de participação no total de Minas Gerais.

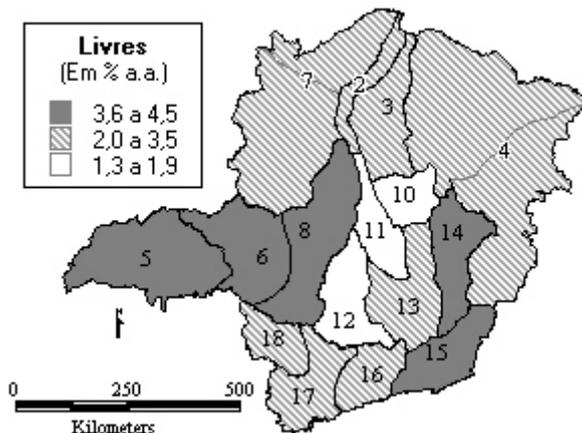
A extensa parte setentrional da província e a região Sudoeste, por sua vez, apresentaram crescimento demográfico mediano variando entre médias anuais de 2,4% (Sertão e Sudoeste) e 2,7% (Minas Novas). Estas regiões apresentavam ocupação incipiente até a década de 1830. As oportunidades econômicas geradas pelas relações comerciais com a Bahia e com a porção meridional da província, aliadas à abundância de recursos naturais, também estimularam o crescimento natural da região.

“É de presumir (...) que essa fraca população aumente rapidamente, pois que os casamentos são, nessa região, de extraordinária fecundidade. Nada é tão comum como encontrar pais de doze, quinze, e até mais filhos, e o cura afirmou-me que havia em sua paróquia uma mulher que, após ter tido dezoito filhos, contava com a idade de 85 anos, duzentos e treze descendentes, entre filhos, netos e bisnetos”.

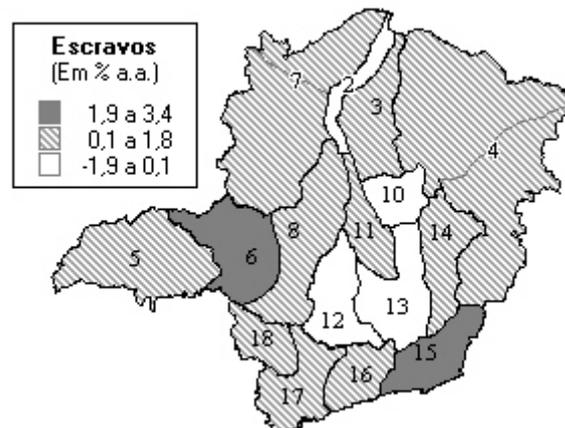
O ar da sucursal de Contendas [atual Brasília de Minas] é de tal modo puro, as moléstias aí são tão pouco comuns, e a fecundidade das mulheres tão grande, como já vimos, que para quarenta nascimentos, não se contam mais de duas mortes. Aliás, pode dizer-se o mesmo de todas as zonas descobertas do sertão que não estão próximas do Rio S. Francisco, e dos rios que se lhe reúnem” (Saint-Hilaire, 1975b: 331).

Quando se analisa, separadamente, a evolução demográfica de livres e escravos, observa-se movimentos semelhantes, embora com algumas especificidades. Enquanto a população cativa particularizava-se pelo crescimento mais acentuado em apenas duas das regiões de fronteira aberta (Araxá e Mata), a abrangência da área de maior expansão do segmento livre da população era mais ampla, ao agregar mais outras três regiões (Triângulo, Sertão do Alto Rio S. Francisco e Mineradora Central Leste).

Mapa 4 – Taxas de crescimento da população livre, Minas Gerais – 1832-1872.



Mapa 5 – Taxas de crescimento da população escrava, Minas Gerais – 1832-1872.



Fontes: ver Tabela 4. Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Considerações finais

Em síntese, no período entre as duas estimativas populacionais, referentes às décadas de 1830 e 1870, consolida-se processo de longa duração fundamental à compreensão da História de Minas Gerais. As regiões das Minas, do centro-sul da província, ou seja, o antigo núcleo de ocupação, já sem contar com o vigor da atividade mineradora de outrora, se reinventava pela exploração das atividades econômicas das regiões localizadas na periferia, ou as regiões dos Gerais do norte, das matas do leste e dos campos de cerrado do oeste, de ocupação relativamente recente.

Esse processo não era só econômico, mas também demográfico, uma vez que a exploração das novas atividades econômicas, sob a égide do capital mercantil, mobilizava famílias e pessoas para a abertura dessas novas áreas de exploração, sobretudo nas regiões da Mata e Araxá. O resultado disso era um crescimento populacional excepcional, reproduzindo, em menor escala, o que havia ocorrido, tempos atrás, nas regiões centrais, com a descoberta das Minas.

Justapor as estimativas demográficas ao testemunho dos viajantes foi o caminho escolhido para explicar o crescimento e a redistribuição dos habitantes de Minas Gerais ao longo do Império. Esta justaposição nem de longe pretende esgotar o tema, quer antes enfatizar a importância de se aprofundar a investigação dos comportamentos demográficos em toda sua complexidade.

Fontes

Manuscritas:

Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Presidência da Província, varias caixas
 Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Mapas de População, varias pastas
 Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté, codices 15 e 16
 (Arquivo Público Mineiro, Sessão Provincial, códice 81, p. 146 (manusc.))

Impressas

DGE

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil**. (1º de setembro de 1940). Censo Demográfico: População e habitação: Quadros totais para o conjunto da União, e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas. Série Nacional. Vol. II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950.

RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. **Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar.)

SILVA, Joaquim Norberto de S. e. Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1ª ed.: 1870)

BARBOSA, Waldemar de A. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

MATOS, Raimundo J. da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. Volume I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Arquivo Público Mineiro, 1979.

- MATOS, Raimundo J. da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. Volume II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Arquivo Público Mineiro, 1981.
- GARDNER, George, (1846). **Viagem ao Interior do Brasil**, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- LUCCOCK, John, (1820). **Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- MAWE, John, (1812). **Viagens ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, 1978.
- POHL, Johann E. (1832). **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1819). **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1830). **Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975b.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1833). **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974a.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1847). **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975c.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974b.
- SPIX, Johann B. Von; e MARTIUS, Carl F. P. Von (1823). **Viagem pelo Brasil**, Vol. 1., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981a.
- SPIX, Johann B. Von; e MARTIUS, Carl F. P. Von (1823). **Viagem pelo Brasil**, Vol. 2., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981b.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria C. “Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização“. Em: *LPH - Revista de História*, n.º 5. Mariana: ICHS/UFOP, 1995).
- BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. [1959]. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976
- GODOY, Marcelo M. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Texto para discussão n Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.
- GODOY, Marcelo M. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais**. 2004. 297f. Tese (Doutorado em História) – São Paulo: FFLCH/USP, 2004.
- GODOY, Marcelo M., RODARTE, M. M. S. Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do Século XIX In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.
- GODOY, Marcelo M., RODARTE, M. M. S., PAIVA, Clotilde A. Negociantes e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX In: V

- Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003 **Anais...** Caxambu: ABPHE, 2003.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979).
- LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**: São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, p. 147-171, 1979.
- MARTINS, Maria do C. S. Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35. In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002: História Econômica e Demografia Histórica**. Coletânea de trabalhos, 1982/2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002. v.2, p. 51-90.
- MARTINS, Roberto B. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil**. Vanderbilt University, 1980. (Tese de doutorado).
- MELLO FILHO, Marcelo S. B. de, RODARTE, M. M. S., SANTOS JÚNIOR, José M. dos. Entre o escravismo e a gênese do mercado de trabalho: O processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 – 1870 In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2007, Aracaju-SE. **Anais...**2007.
- MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; RODARTE, Mario M. S. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. In: XII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2006, Diamantina-MG. **Anais Eletrônicos...** 2006.
- MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870-1920. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE. II (5): 39-89, jan./mar. 1941a.
- MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. VI. Sinopse da dinâmica da população do Brasil nos últimos cem anos. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE. II: 267-76. 1941b.
- NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. São Paulo, Hucitec, 1979.
- PAIVA, Clotilde A. ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas Oitocentista: Listas Nominativas. In: V SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990.
- PAIVA, Clotilde A. **População e economia nas Minas Gerais do Século XIX**. Tese (doutorado de história) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José A. M. de, LEITE, Valéria da M. Demografia. In: FUNDAÇÃO IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. 2 ed.. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 19-52.
- PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SILVA, Francisco C. T.; MATTOS, Hebe M.;

- FRAGOSO, João (orgs.) **Escritos sobre a história e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. pp. 479 a 515. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.
- PAIVA, Clotilde A.; MARTINS, Roberto B. **Um estudo crítico do Recenseamento de 1872**. Relatório de Pesquisa. PNPE, 1983. (mimeo)
- PRADO JÚNIOR, CAIO, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. [1942] São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RESTITUTTI, Cristiano C. **As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. 2006. 335 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara: 2006.
- RODARTE, Mario M. S. **O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do Antigo Núcleo Central Minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista**. 1999. 179 f. Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- RODARTE, Mario M. S. PAULA, João Antônio de, SIMÕES, Rodrigo F. *Rede de Cidades em Minas Gerais no Século XIX. História Econômica & História de Empresas*, São Paulo: HUCITEC/ ABPHE, v. 7, n. 1, p. 7-45, 2004.
- RODARTE, Mario M. S.; MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; **Relatório de proposta de correção dos dados do Recenseamento do Império de 1872**. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2006. (mimeo)
- RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. [1937]. 7 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Brasília: INL/MEC, 1977
- PAULA, João A. de. **O Prometeu no sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais**. São Paulo: USP/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988. (Tese de doutorado em História)
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos**. São Paulo: 18 (3), IPE/ USP, 1988.
- ZEMELLA, Mafalda. **O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990.

ⁱ Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Presidência da Província (várias caixas); Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Mapas de População (várias pastas); Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté, códigos 15 e 16; banco de dados organizado e disponibilizado pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, Cedeplar/ UFMG, em seu site. O programa Poplin-Minas-1830 pode ser acessado diretamente no endereço www.poplin.cedeplar.ufmg.br ou pelo endereço do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica (www.nphed.cedeplar.ufmg.br).

ⁱⁱ Botelho caracteriza o Império como Estado burocrático-patrimonial, “a meio caminho entre os modernos Estados burocratizados e as tradicionais estruturas patrimonialistas típicas do Estado português”. Formas arcaicas preexistentes, tipicamente fiscalistas e militares mesclavam-se com as modernizantes com o objetivo de “conhecer a nação que surgia e traçar os limites da nova comunidade que estava sendo imaginada” (BOTELHO, 1998: 179).

ⁱⁱⁱ Brasil, Diretoria Geral de Estatística. 1873-76. Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no Dia 1º de Agosto de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger / Tip. Commercial, 1876, 12 volumes.

^{iv} VIANNA, Oliveira, “Resumo histórico dos inquéritos censitários no Brasil” in: Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1922, vol. I, pp. 403-483.

^v Descrição minuciosa deste processo está em PAIVA e MARTINS (1983: 15).

^{vi} Embora a data de referência fosse 1 de agosto de 1872, a contagem em Minas foi feita em 1873 e em São Paulo em 1874.

^{vii} Para revisão crítica do debate ver: FRAGOSO (1992).

^{viii} MARTINS (1980), SLENES (1985) e PAIVA (1996) vêem de forma diversa o caráter da estrutura produtiva e seus vínculos internos e externos. LIBBY (1988) propõe a idéia de “economia de acomodação”. GODOY (2004) mostra o vigor do complexo mercantil mineiro no século XIX, RODARTE (1999) aponta a dinâmica urbana pós-mineração.

^{ix} Entre a década de 1830 e 1872, a população mineira passou de 848.177 para 2.083.545 habitantes, mantendo taxa média anual de crescimento (2,3%) acima da média do Império (1,7%). A instituição do trabalho servil achava-se muito enraizada na sociedade mineira, o segmento mancipio chegou a representar 32,6% da população total, valor acima da média brasileira (29,8%). Duas décadas após o fechamento definitivo do tráfico atlântico, e um ano depois da promulgação da Lei do Ventre Livre, a província ainda apresentava 20,6% da sua população na condição cativa, sendo que em Minas estava o maior plantel do Império (24,6% da população escrava brasileira total).

^x Ao todo são nove viajantes e treze relatos: Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, Bunbury, George Gardner, John Luccock, D'Orbigny, John Mawe, Freireyss e Johan B. Von Spix & Karl F. P. Von Martius, já que cinco são as obras de Saint-Hilaire. São dezoito as regiões pela definição de Godoy (1996): 1- Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. Como procedimento analítico, duas regiões de fronteira e baixíssima densidade demográfica (populações não-indígenas) foram agregadas a regiões vizinhas e que apresentavam traços de identidade regional comuns: Extremo Noroeste agregada a Paracatu e Sertão do Rio Doce agregada a Minas Novas.

^{xi} Ver em PAIVA (1996) a descrição e avaliação detalhada desta fonte histórica. Versões parciais desta avaliação constaram de trabalhos anteriores (relatórios de pesquisa e/ou comunicações em seminários acadêmicos) que utilizaram parcialmente algumas destas fontes. Ver: PAIVA & MARTINS (1983), PAIVA & ARNAUT (1990), PAIVA (1996) e PAIVA & GODOY (2001).

^{xii} Paiva (1996) tem como referência mais relevante do número de distritos a contagem do presidente de província Antônio Limpo de Abreu, segundo o qual Minas Gerais possuía, aproximadamente, 420 distritos de paz, em 1835. A incerteza quanto ao número exato de distritos decorre, segundo Martins (2002: 54), da dinâmica acelerada de instalações, reagrupamentos e supressões de diversas instâncias administrativas.

^{xiii} (Arquivo Nacional – Códice 808, volume 1, folha 200, apud BOTELHO, 1998: 23).

^{xiv} O indício mais contundente de subregistro foi obtido pela análise da composição da população por sexo e idade, que mostrou elevada omissão de crianças menores de cinco anos, e de mulheres, em outros segmentos etários. A segunda maior evidência de subcontagem populacional na década de 1830 foi extraída da análise inter-censitária, à luz do conhecimento disponível sobre os componentes da dinâmica demográfica: fecundidade, mortalidade e migração.

^{xv} Para uma descrição detalhada do procedimento utilizado ver Rodarte (2008).

^{xvi} Mortara considerou ser o censo de 1872 o que melhor refletiu o tamanho da população brasileira pois os censos seguintes de 1890 e 1900 apresentavam sub-enumeração de 3,1% e 4,8%, respectivamente, ao passo que o censo de 1920 apresentou problema inverso, ou seja, um sobre-registro de cerca de 12% (Merrick e Graham, 1981: 45).

^{xvii} Na da década de 1980, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), com financiamento do Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE), digitou todos os dados das paróquias recenseadas (8.640 quadros paroquiais). Na década seguinte, com financiamento da Fundação João Pinheiro e, posteriormente, do IPEA, foi gerado um segundo banco de dados, com as informações corrigidas, eliminando os erros de soma e de impressão mais evidentes. Na seqüência, o Cedeplar (por meio de pesquisa financiada pela FAPEMIG) irá disponibilizar os dados de 1872 pela internet.

^{xviii} Rodarte analisou as discrepâncias entre os valores publicados de cada variável nas diferentes tabelas paroquiais – número de homens livres, por exemplo – e considerou que os valores que mais se repetiam nas tabelas paroquiais do censo eram os corretos, passando a ajustar os demais. Como resultado, surpreendeu o fato de que totalizações paroquiais realizadas a partir dos dados corrigidos passaram a corresponder, exatamente, com os resultados de agregados provinciais divulgados pela DGE, órgão encarregado de fazer o censo. Cumpre ressaltar que no caso de Minas Gerais, o número total aqui apresentado diverge levemente do exibido na publicação da DGE, devido aos acréscimos de população estimada com o Censo de 1890, nas paróquias não recenseadas na década de 1870 (Ver Rodarte, 2008).

^{xix} A descrição minuciosa da espacialização da produção e o detalhamento das rotas de comércio com base nos viajantes estão em (PAIVA, 1996: 108-128).

^{xx} Cumpre ressaltar que os produtos de exportação constantes no Mapa 2 respondiam por 94,5% do total exportado, em valores, no período entre 1818 e 1828, e 80,7%, no final da primeira metade do século XIX, entre 1839 e 1849, segundo os cálculos de Restitutti (2006: 82). Ainda que a pauta de exportação pouco variasse ao longo do século XIX, a importância desses produtos gradualmente se diluiria, com o exponencial aumento de participação do café, que, entre 1839 e 49, já responderia por 19,2% do total, o que equivalia a uma soma inferior apenas ao ouro extraído no período (24,0%).

^{xxi} Os incrementos populacionais são afetados tanto pelo tamanho inicial da população, quanto por sua taxa de crescimento. Isso implica dizer que mesmo ocorrendo uma intensa redução da taxa de crescimento de uma população grande, os incrementos populacionais continuarão a ser relativamente expressivos. A esta situação chamamos inércia demográfica.